



Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda

Simon Schwartzman¹

IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade

A redução da pobreza e da desigualdade e suas explicações.....	2
Características das famílias segundo a renda.....	10
Padrões de consumo das famílias.....	12
Composição da renda	13
Conclusões	16
Referências	18

¹ Agradeço aos comentários e sugestões de André Urani, Gustavo Ichope, João Batista Araújo e Oliveira, Rodolfo Hoffmann e Sônia Rocha à primeira versão deste texto.

A redução da pobreza e da desigualdade e suas explicações

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2004 (PNAD) mostram uma pequena melhora na desigualdade de renda no Brasil, e também uma redução geral nos níveis de pobreza, apesar de que a renda, como um todo, e sobretudo a renda do trabalho, não tenham aumentado (Gráfico 4)². O objetivo deste texto é examinar em algum detalhe o que está por detrás destes resultados, como se deu esta redução, e qual o papel que os programas de transferência de renda (bolsa-família) desempenharam em relação a isto.

A distribuição de renda familiar per capita no Brasil, em 2004, está ilustrada pelo gráfico abaixo. Para os 10% mais pobres, em setembro de 2004, a renda mensal por pessoa era de 40 reais por mês; para os 10% mais ricos, de 2.249,67. É importante observar que estes valores, com os mais ricos ganhando em media quase 60 vezes mais do que os mais pobres, não se referem aos bens que as famílias possuem, mas à renda monetária informada aos pesquisadores do IBGE. Os níveis de renda sobem de forma bastante homogênea até o 9º décimo, ou seja, para 90% da população, e depois sobem abruptamente, para os 10% de maiores rendimentos.

² Há um ligeiro aumento da renda média do trabalho principal entre 2003 e 2004, de 635 para 640 reais mensais, que não chega a compensar a queda havida desde 2001, quando era de 704.

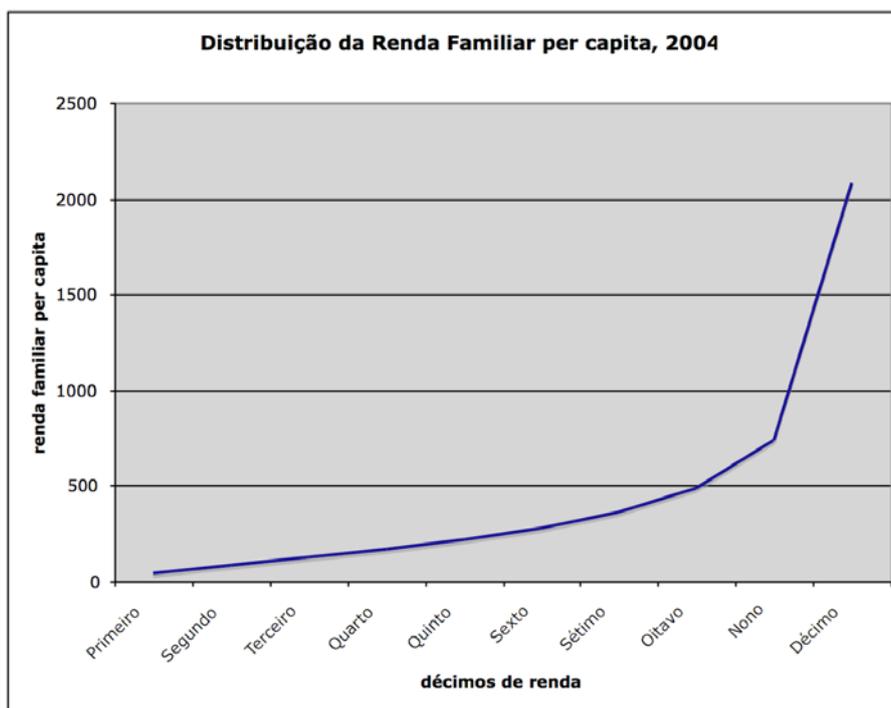


Gráfico 1. Fonte: PNAD 2004, processamento IETS.³

As medidas de desigualdade de renda são muito suscetíveis aos índices escolhidos para avaliá-las. Um dos índices mais conhecidos é o índice Gini, que, quando é zero, corresponde à igualdade absoluta, e, quando é 1, corresponde à desigualdade total, ou seja, quando toda a renda se concentra em um único indivíduo. Segundo os cálculos feitos pelo IETS, o índice Gini brasileiro da renda familiar per capita se manteve estável, em 0.60, entre 1993 e 2001, caindo depois para 0.59, 0.58 e 0.57 entre 2002 e 2004⁴. Outro índice bastante utilizado é o de Theil, que é considerado melhor porque reflete as desigualdades internas dos diferentes sub-grupos ou regiões. O índice de

³ Nesta tabulação estão incluídos os dados da zona rural da região Norte, que começam a ser pesquisados a partir da PNAD 2004. Para as séries comparativas, no entanto, estes dados foram excluídos. Veja a nota seguinte sobre a estimativa da renda domiciliar per capita.

⁴ Este índice se refere à renda familiar per capita, com as correções elaboradas por Samuel Franco para o IETS. São excluídos os domicílios coletivos e as pessoas que não pertencem ao domicílio (empregado doméstico, pensionistas e parentes do empregado doméstico). Além disso, essa renda possui 2 ajustes. Um que aumenta em 25% as rendas de transferências, para corrigir subestimações da PNAD. O outro é o aluguel imputado que aumenta em 15% a renda dos domicílios com casa própria (paga ou pagando). Por último, foram eliminados os domicílios onde algum de seus membros omite qualquer uma de suas rendas.

Theil-T, referido à renda familiar per capita, tem tido um comportamento mais desigual ao longo do tempo, variando de um máximo de 0.74 em 1998 a um mínimo de 0.67 em 2004. Uma outra maneira, mais intuitiva, de examinar a desigualdade é pela razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos e a apropriada pelos 40% mais pobres. Por este índice, a desigualdade brasileira vem caindo desde 1996, quando a razão era de 24.6, até 2004, quando era de 20.1. Finalmente, é possível verificar a variação da proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população através do tempo: ela vem se reduzindo de um máximo de 13.9% no período 1995-2001 (com uma queda importante em 1999), para 13.5, 13.1 e 13.0% entre 2002 e 2004.

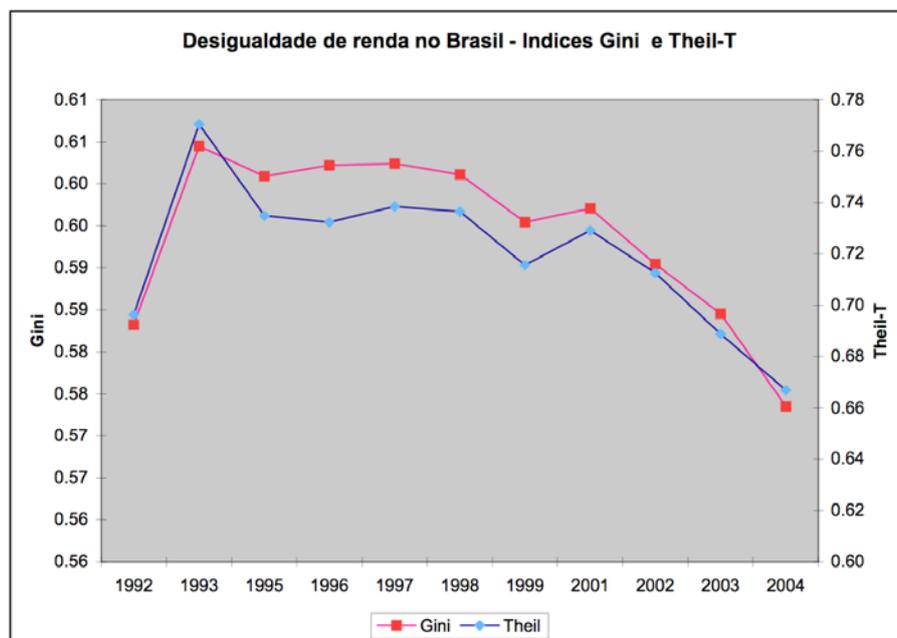


Gráfico 2 – Fonte: PNAD 1992-2004, processamento do IETS

Uma outra maneira de examinar estes dados é pela ótica das medidas de pobreza e indigência. Não existe, no Brasil, uma linha oficial de pobreza, ou seja, um determinado nível de renda abaixo do qual as pessoas sejam consideradas legalmente pobres, para efeito do recebimento de benefícios públicos de um ou outro tipo. Diversos pesquisadores adotam critérios distintos para suas avaliações, e o programa bolsa família do governo federal considera uma renda familiar per capita de 100 reais como critério para o recebimento dos benefícios da bolsa família (a linha de indigência é definida, geralmente, como a metade da linha de pobreza).

Existem duas maneiras principais de estabelecer as linhas de pobreza (Beccaria, 1997; Rocha, 1997; Rocha, 2000; Schwartzman, 2004). A primeira é o que se denomina de “pobreza relativa”, ou seja, a renda dos que estão muito abaixo da renda média de determinado país, e que a sociedade define como insatisfatória. A segunda é a “pobreza absoluta”, ou seja, a renda que é inferior ao necessário para consumir os bens considerados essenciais para a vida das pessoas. O Banco Mundial muitas vezes usa o critério de “um dólar por dia” em poder de compra como linha de pobreza. No Brasil, predominam as medidas absolutas, e existem diferentes cálculos de linhas de pobreza a partir de uma cesta básica alimentar que contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo. Esse cálculo varia entre as regiões, os estados e as áreas urbana, rural e metropolitana, e depende de uma série de suposições e estimativas sobre custos e padrões de consumo das diferentes populações, que não examinaremos aqui.

Os cálculos do IETS, baseados nos critérios do IPEA (Iets, 2006), mostram que a queda mais importante do grosso da pobreza desde os anos noventa (de 41,6% para 33,8%) se dá entre 1993 e 1995, com o Plano Real e o aumento do valor real do salário mínimo ocorrido em 1995. A partir daí, a proporção de pobres passa a oscilar; em 2003, alcança 34,1% das pessoas (mais que em 1995), para cair de forma importante em 2004, para 31,7% (ou 32,1%, se formos considerar o Norte rural). Sônia Rocha, utilizando critérios próprios de definição de linhas de pobreza, observa para os anos recentes que “a proporção de pobres cai de 35,6% em 2003, para 33,2% em 2004, o que corresponde a 57,7 milhões de pessoas pobres neste último ano – menos 2,4 milhões de pessoas do que em 2003, enquanto a proporção de indigentes passa de 10% para 8%, significando 13,9 milhões de indigentes em setembro de 2004 (menos 2,0 milhões de pessoas do que em 2003)” (Rocha 2005). Apesar das diferenças dos números (variando de 35,6 para 33,2 entre 2003 e 2004 pelos cálculos de Sônia Rocha, ou de 34,1 para 31,7 segundo as tabulações do IETS), as duas análises coincidem em constatar uma redução significativa da pobreza no período, embora as regiões metropolitanas, e particularmente São Paulo, continuem mostrando uma tendência de empobrecimento constante nos últimos anos.

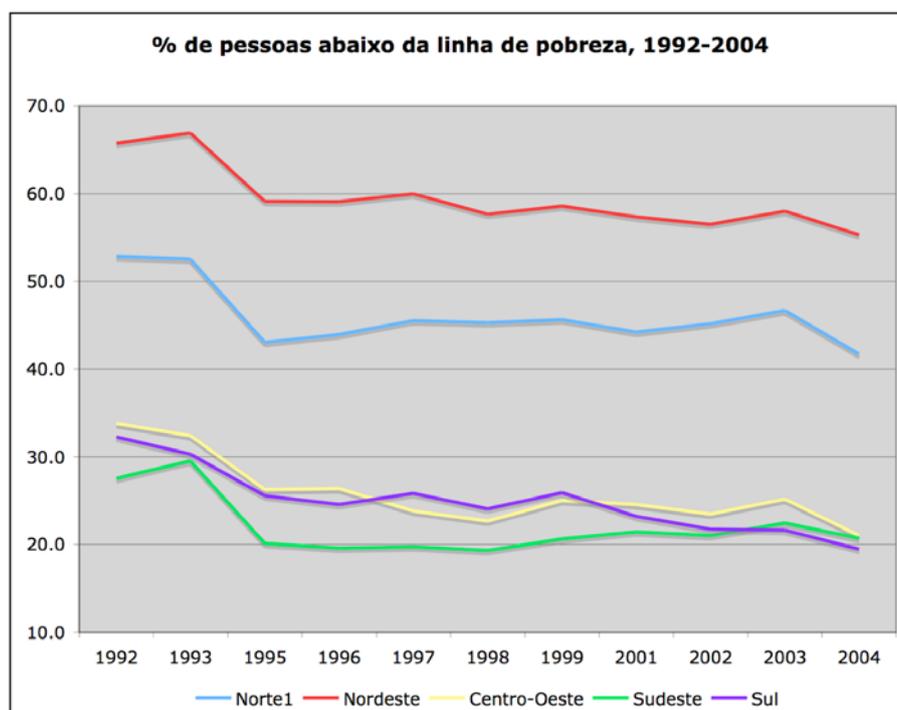
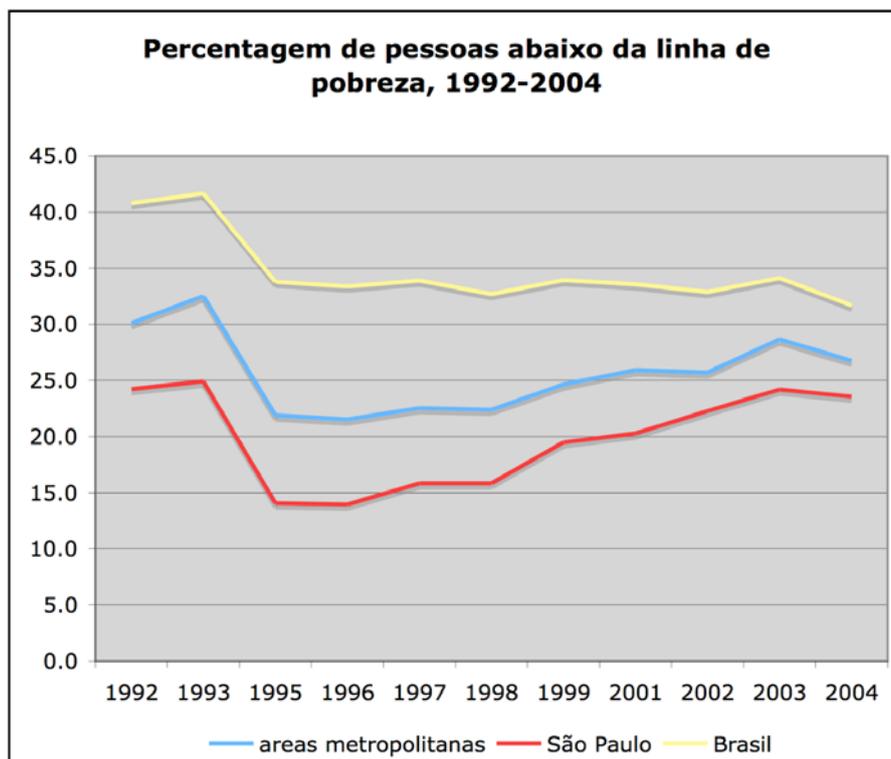


Gráfico 3 Fonte: PNAD 1992-2004, processamento IETS

Analisando estes resultados, Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho e Samuel Franco avaliam que 20% da redução da desigualdade se deve aos programas de transferência de renda do governo, e que outros 12% se devem à redução das desigualdades de renda devidas à educação (Barros, Carvalho *et al.*, 2006). Outros

fatores que teriam tido impacto seriam o aumento do salário mínimo (8%), aumentando o valores das aposentadorias e dos ganhos dos que recebem salário mínimo, e a redução no desemprego (2%). Somados, estes fatores dariam conta de 42% da redução da desigualdade, ficando mais da metade, portanto, por ser explicada por outros fatores não identificados. Segundo Sônia Rocha, “apesar de o rendimento médio do trabalho ter ficado praticamente estável, a forte expansão da ocupação aliada ao aumento dos rendimentos na base da distribuição foram os principais determinantes para a redução da pobreza e da indigência entre 2003 e 2004. Embora o sistema de previdência e de assistência social, assim como os novos programas de transferência de renda no âmbito do Bolsa-Família tenham contribuído neste sentido, foi o comportamento do mercado de trabalho, como é desejável, o fator fundamental para o aumento da renda das famílias, levando à redução da pobreza e da indigência no período em questão”. Esta mudança na distribuição renda ocorreu apesar de o rendimento do trabalho ter decrescido nos últimos anos, após um aumento significativo ocorrido no ocasião do Plano Real.

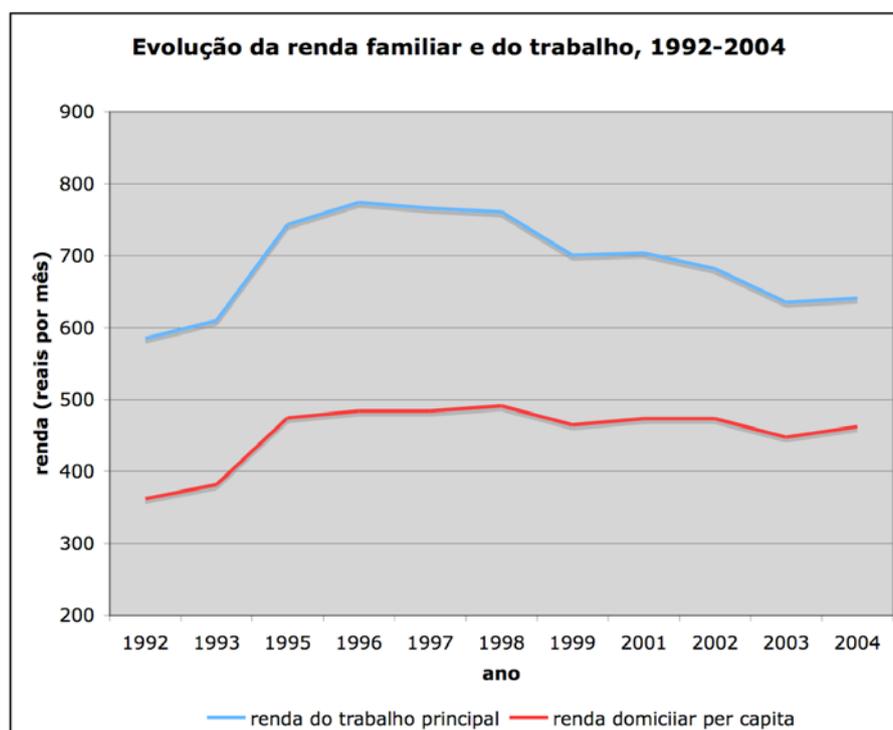


Gráfico 4 – Fonte: PNAD 1992-2004, Processamento do IETS. Valores expressos em reais de 2004, deflacionados pelo INPC.

O crescimento do acesso à educação, embora não tenha levado, aparentemente, a um aumento da renda das pessoas, levou a uma redução importante nos diferenciais de renda no mercado de trabalho. Hoje, mais do que no passado, o mercado rejeita as pessoas que não concluíram o ensino médio, que têm os níveis mais altos de desemprego, desde o final dos anos 90; e, ao mesmo tempo, paga menos aos empregados mais educados. Em 1992, bastavam, 7 a 8 anos de educação para obter uma renda correspondente à média do país. Em 1998, eram necessários 9 anos; e, em 2004, mais de 10 anos.

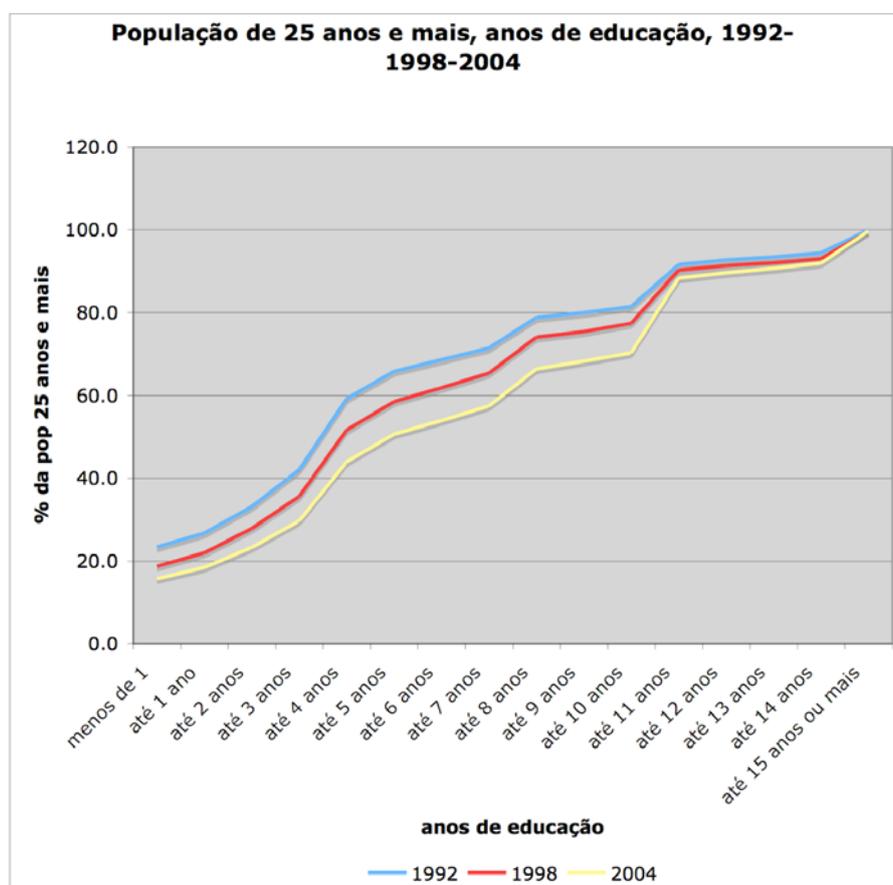


Gráfico 5 - Fonte: PNAD 1992, 1998, 2004. Processamento próprio

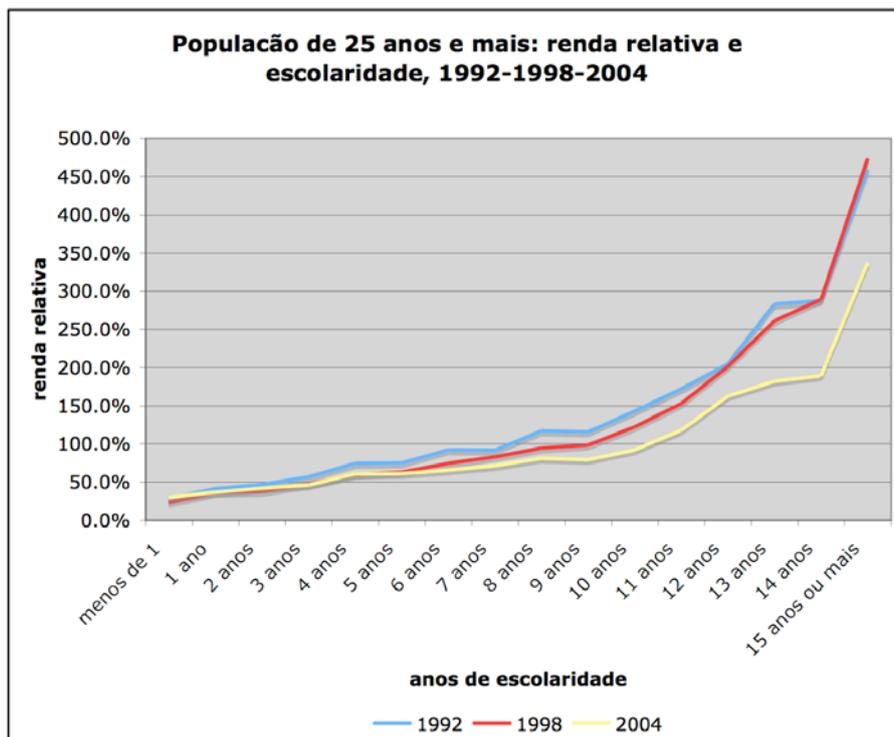


Gráfico 6 - Renda de todos os trabalhos, em relação à renda média de cada ano (média = 100).
 Fonte: PNAD 1992, 1998, 2004. Processamento próprio

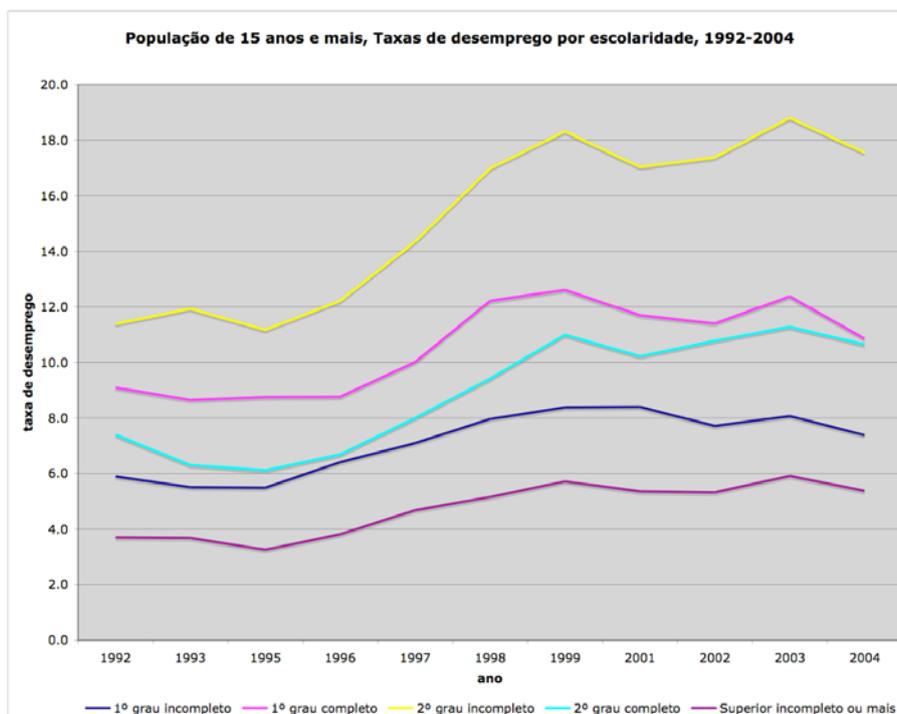


Gráfico 7 – Fonte: PNAD 1992-2004, processamento do IETS.

Características das famílias segundo a renda⁵

As famílias do décimo mais baixo de renda familiar per capita são predominantemente da região Nordeste, a maioria dos chefes de família não são brancos, mas pardos e mulatos. As famílias são, em geral, grandes – 4.5 pessoas por família, comparado com 2.5 para os de renda mais alta, e 3.3 para a média nacional. Em sua maioria, as famílias são formadas por casais com filhos presentes. Embora a proporção de homens entre os chefes de família não seja muito diferente da dos demais grupos de renda - cerca de 75% - a proporção de famílias constituídas por mulheres e filhos menores – 8% - é a maior de todas as faixas de renda. Em termos de educação, 34% dos chefes de família são analfabetos, e somente 8.7% concluíram o ensino médio, com menos de 1% tendo frequentado curso superior. Estas famílias são também, relativamente, mais jovens do que as demais, com os chefes de família tendo ao redor de 40 anos de idade, comparado com 50.3 para os de renda mais alta, e 46.7 anos como média nacional.

Características dos Chefes de família, por décimos de renda familiar per capita
Características gerais das pessoas de referência

décimos de renda	Sexo masculino	Idade média	média de anos de estudo	cor branca	não sabe ler e escrever	frequentou até o ensino médio	frequentou até o ensino superior e pós-graduação
1	75.0%	40.0	3.4	28.9%	33.8%	8.7%	0.8%
2	76.1%	42.0	3.9	35.0%	26.2%	11.3%	0.5%
3	72.9%	45.0	4.4	40.4%	22.0%	14.9%	0.9%
4	75.3%	45.4	5.0	44.5%	18.5%	18.7%	1.4%
5	76.0%	45.8	5.4	51.3%	14.5%	20.7%	2.1%
6	67.8%	52.9	4.7	52.9%	22.0%	18.6%	2.5%
7	75.0%	47.8	6.5	60.0%	8.7%	26.1%	5.2%
8	72.4%	48.3	7.3	64.9%	6.2%	26.8%	9.7%
9	73.7%	48.7	8.9	71.8%	2.7%	26.6%	20.6%
10	72.2%	50.3	11.6	79.4%	0.6%	16.3%	50.9%
Total	73.5%	46.8	6.1	53.5%	15.6%	19.2%	10.2%

Quadro 1 – Fonte: PNAD 2004, processamento próprio

⁵ Todos os dados de processamento próprio, nesta seção e seguintes, se referem a décimos de renda familiar per capita de 2004, calculados de forma simples, sem as correções feitas no processamento das séries temporais do IETS.

Características das famílias, por décimos de renda.										
décimos de renda	Número médio de componentes da família (inclusive agregados)	Casal com todos os filhos menores de 14 anos		Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais	Casal com filhos menores de 14 anos e ou mais	Mãe com todos os filhos menores de 14 anos	Mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais	Mãe com filhos menores de 14 anos e ou mais	Outros tipos de família	total
		Casal sem filhos	menores de 14 anos	anos ou mais	menores de 14 anos	menores de 14 anos	anos ou mais	de 14 anos e ou mais		
1	4.5	4.8%	40.0%	7.7%	20.4%	8.2%	5.1%	4.9%	8.9%	100.0%
2	4.1	6.0%	40.4%	12.1%	17.2%	5.0%	7.5%	4.9%	6.9%	100.0%
3	3.6	13.0%	31.6%	13.7%	13.1%	4.9%	10.7%	3.4%	9.6%	100.0%
4	3.6	11.1%	31.3%	18.5%	12.7%	3.7%	10.9%	2.7%	9.2%	100.0%
5	3.5	12.6%	28.3%	20.9%	12.5%	3.2%	11.8%	2.4%	8.3%	100.0%
6	2.6	18.4%	16.8%	15.3%	6.7%	1.8%	9.5%	1.1%	30.5%	100.0%
7	3.0	18.6%	21.3%	21.4%	8.3%	2.0%	11.3%	1.1%	16.1%	100.0%
8	2.8	19.4%	17.3%	19.7%	7.1%	1.7%	9.8%	0.8%	24.1%	100.0%
9	2.8	20.1%	17.4%	22.3%	6.1%	1.5%	9.9%	0.8%	21.9%	100.0%
10	2.5	23.2%	13.8%	19.7%	4.3%	1.4%	7.9%	0.4%	29.3%	100.0%
	3.3	14.8%	25.6%	17.0%	10.7%	3.3%	9.4%	2.2%	16.9%	100.0%

Quadro 2 - Fonte: PNAD 2004, processamento próprio

Grande região de residência							
décimos de renda	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste		
1	9.2%	56.3%	23.0%	7.2%	4.2%		
2	10.5%	44.1%	29.5%	9.3%	6.6%		
3	9.6%	34.1%	36.9%	11.8%	7.6%		
4	8.1%	27.5%	42.1%	14.0%	8.3%		
5	7.6%	20.8%	46.6%	16.7%	8.4%		
6	6.3%	22.4%	45.6%	17.8%	7.9%		
7	5.5%	14.2%	51.9%	20.4%	8.0%		
8	5.0%	12.3%	53.6%	21.5%	7.7%		
9	4.7%	11.3%	55.3%	22.0%	6.7%		
10	3.6%	11.2%	57.3%	19.6%	8.3%		
total	7.0%	25.4%	44.2%	16.0%	7.4%		

Quadro 3 - Fonte: PNAD 2004, processamento próprio

Do ponto de vista da ocupação, 83% das pessoas de referência, ou “chefes de família”, são economicamente ativos, mas a taxa de desemprego entre eles é a mais alta, de 16.8%, comparada com a taxa de 4.1% para a média dos chefes de família do país. O número de empregados com contrato de trabalho estável é muito reduzido – 9.8% - o que é compensado por um grande número de pessoas trabalhando por conta própria, em atividades precárias.

Características do trabalho das pessoas de referência						
décimos de renda	economicamente ativos	empregados com carteira, militares e funcionários públicos			empregados sem carteira	
		desocupadas	empregados	empregados	conta própria	empregador
1	82.8%	16.8%	9.8%	33.5%	48.1%	0.8%
2	84.0%	5.5%	28.9%	30.3%	34.8%	1.5%
3	78.5%	4.8%	35.4%	25.8%	31.7%	1.7%
4	81.0%	3.4%	41.5%	21.1%	29.8%	2.7%
5	81.7%	2.4%	45.7%	17.8%	28.9%	3.5%
6	64.0%	2.1%	44.2%	17.3%	26.8%	3.2%
7	78.2%	1.9%	48.8%	13.8%	28.7%	5.2%
8	76.9%	1.5%	49.3%	11.6%	27.2%	8.2%
9	77.0%	1.2%	47.1%	11.2%	26.5%	13.0%
10	76.8%	0.6%	46.6%	8.5%	20.8%	23.0%
Total	77.8%	4.1%	39.9%	19.0%	30.2%	6.3%

Quadro 4 - Fonte: PNAD 2004, processamento próprio

Setor de atividade das pessoas de referência				
décimos de renda	Agrícola	Indústria	Construção	Serviços e outras
1	54.6%	6.8%	8.7%	29.9%
2	34.3%	11.9%	12.1%	41.7%
3	26.9%	14.2%	12.5%	46.4%
4	21.1%	15.8%	12.8%	50.3%
5	18.6%	17.5%	11.8%	52.1%
6	20.4%	17.2%	9.9%	52.5%
7	12.6%	19.4%	9.4%	58.6%
8	10.4%	19.2%	7.9%	62.5%
9	8.0%	18.2%	5.6%	68.2%
10	5.8%	14.7%	3.0%	76.5%
total	21.0%	15.6%	9.4%	54.0%

Quadro 5 - Fonte: PNAD 2004, processamento próprio

Padrões de consumo das famílias

A renda monetária detectada em pesquisas como a PNAD é um indicador razoável das condições de vida das pessoas, e os dados de ocupação, educação cor e características das famílias comprovam que, de fato, as diferenças de renda expressam diferenças sistemáticas de condições de vida e de trabalho. Mas há também uma margem importante de erro, que precisa ser tomada em conta quando se usa a renda como critério único para a mensuração da pobreza.

Características dos domicílios, por décimos de renda familiar per capita.							
décimos de renda	com banheiro ou				residente em		setor subnormal (favela)
	com iluminação elétrica	residência de alvenaria	sanitário no domicílio	área urbana	com água canalizada	lixo domiciliar coletado	
1	88.2%	79.2%	77.2%	64.0%	63.4%	59.9%	4.7%
2	93.6%	83.4%	88.6%	72.1%	77.0%	71.1%	5.4%
3	96.1%	85.0%	92.8%	77.8%	85.1%	79.0%	5.3%
4	97.1%	87.1%	95.1%	81.7%	90.1%	84.1%	4.9%
5	98.0%	87.9%	97.3%	84.0%	93.5%	87.2%	4.2%
6	97.6%	87.8%	95.7%	83.9%	91.7%	86.2%	3.7%
7	99.0%	89.6%	98.7%	88.7%	96.8%	92.1%	3.4%
8	99.2%	91.2%	99.0%	90.6%	97.7%	93.8%	2.8%
9	99.7%	93.9%	99.7%	93.5%	98.9%	96.0%	1.7%
10	99.9%	97.2%	100.0%	96.3%	99.6%	97.9%	0.6%
	96.8%	88.2%	94.4%	83.3%	89.4%	84.7%	3.7%

Quadro 6 - Fonte: PNAD 2004, processamento próprio

Bens de consumo duráveis nos domicílios, por décimos de renda familiar per capita									
décimos de renda	fogão de 2 bocas	TV a cores	geladeira	TV preto e branco	telefone celular	telefone fixo	máquina de lavar roupa	freezer	micro-computador
1	90.3%	62.1%	58.2%	25.7%	16.2%	11.2%	6.0%	4.1%	1.1%
2	96.0%	76.2%	74.1%	30.3%	25.3%	18.7%	8.7%	5.4%	1.2%
3	97.6%	83.3%	83.5%	28.7%	32.1%	28.3%	13.7%	7.5%	2.3%
4	98.1%	87.6%	88.5%	25.7%	41.4%	37.5%	20.4%	10.4%	4.8%
5	98.9%	90.9%	92.6%	24.7%	46.5%	45.3%	27.6%	12.7%	6.9%
6	97.5%	84.2%	87.5%	22.0%	38.8%	44.4%	26.2%	12.5%	6.9%
7	99.1%	93.5%	95.7%	23.4%	56.5%	60.8%	41.6%	19.8%	14.4%
8	99.1%	94.8%	96.1%	21.0%	61.6%	68.6%	51.2%	23.2%	22.1%
9	99.2%	97.3%	98.0%	23.4%	72.7%	79.6%	65.7%	30.9%	39.3%
10	99.2%	99.0%	99.2%	23.9%	83.9%	89.6%	78.4%	42.2%	60.5%
	97.5%	86.8%	87.3%	26.0%	47.3%	48.4%	33.9%	16.8%	15.9%

Quadro 7 - Fonte: PNAD 2004, processamento próprio

Os dados mostram que a grande maioria das famílias de renda mais baixa do primeiro décimo vivem em habitações de alvenaria, dotadas de banheiro e servidas pelos serviços públicos essenciais, e mais da metade possuem os eletrodomésticos mais comuns – fogão de duas bocas, TV a cores ou preto e branco, geladeira. Não é uma situação de pobreza extrema, e menos ainda de indigência. O acesso a telefones celular ou fixo já chega a mais de 10%, mas eletrodomésticos como máquina de lavar roupa, freezer e microcomputadores ainda são raros neste segmento, e só atingem valores mais altos nos segmentos mais ricos.

Composição da renda

A principal fonte de renda para todos os segmentos, naturalmente, é a proveniente do trabalho. A segunda fonte de renda familiar é a proveniente das aposentadorias e pensões, que beneficiam sobretudo a metade mais rica das famílias.⁶ A terceira categoria é a de “juros e outros rendimentos” que, como se sabe, inclui também, na PNAD, rendimentos provenientes de transferências governamentais, como o bolsa família. O que se observa é que os dois grupos de menor renda são os que mais

⁶ A aparente distorção da elevada proporção da renda de aposentadoria e pensão no sexto décimo de renda se explica pelo fato de que, neste nível, se acumulam as pessoas que recebem aposentadorias de um salário mínimo. Nota Rodolfo Hoffman, em comunicação pessoal, que “na PNAD de 2004 1,85% das pessoas tem renda domiciliar per capita igual a um salário mínimo. Tanto o percentil 58 como o 59 são iguais a 260. Grande parte dessas pessoas são idosos formando domicílios de 1 ou 2 pessoas com renda exclusiva de aposentadoria e/ou pensão, de maneira que a renda domiciliar (ou familiar) per capita é igual a um salário mínimo. É isso que faz com que no sexto décimo a proporção da renda proveniente de aposentadorias e pensões seja mais elevada” (Hoffmann, 2003). Veja também o Quadro 2, acima.

dependem deste tipo de recursos, o que indica uma focalização correta, embora imperfeita, dos programas de transferência de renda. Na média, as famílias dos dois primeiros décimos recebiam 28,0 e 29,4 reais por família por mês de subsídio, respectivamente. No entanto, os décimos 3 e 4, com renda mensal per capita superior a 100 reais, também se beneficiavam do programa, embora em proporção menor.

Composição da renda das famílias, segundo décimos de renda familiar per capita						
décimos de renda	Trabalho	aposentadoria e pensão	transferências e juros	outros	total	
1	73.5%	10.3%	13.9%	2.3%	100.0%	
2	77.0%	14.3%	7.2%	1.5%	100.0%	
3	76.5%	17.8%	4.2%	1.5%	100.0%	
4	79.0%	17.3%	2.5%	1.1%	100.0%	
5	81.1%	15.9%	1.6%	1.4%	100.0%	
6	71.1%	26.2%	1.6%	1.1%	100.0%	
7	79.3%	18.4%	0.8%	1.4%	100.0%	
8	78.4%	19.4%	0.6%	1.6%	100.0%	
9	77.9%	19.2%	0.6%	2.3%	100.0%	
10	75.5%	20.4%	1.2%	2.8%	100.0%	

Quadro 8- Fonte: PNAD 2004, processamento próprio

Uma outra maneira de olhar estes dados é observando como a massa de rendimentos de diferentes tipos se distribui entre as famílias de diferentes níveis de renda. Podemos observar que, além de concentrar a maior parte da renda do trabalho, as famílias de maior renda concentram a maior parte de outros tipos de rendimento, que incluem por exemplo aluguéis, e também transferências e juros, que, para estas famílias, devem ser efetivamente oriundos de investimentos financeiros. Por outra parte, pode-se observar que, em valores absolutos, o total de transferências para os três segmentos mais pobres é similar, sendo maior para o segundo segmento do que para o primeiro, decrescendo pouco para os segmentos seguintes. Além disto, o montante de transferências para o segundo décimo de renda, tanto em volume global quanto por família e por pessoa, é maior do que para o primeiro, confirmando a hipótese levantada em outro trabalho sobre a bolsa-escola de que os programas de transferência estão menos focalizados nos segmentos sociais em situações mais extremas de pobreza e isolamento do que normalmente se supõe (Schwartzman, 2005).

Distribuição dos componentes de renda por famílias segundo décimos de renda familiar per capita				
décimos de renda	trabalho	aposentadoria e pensão	transferecias e juros	outros
1	1.4%	0.8%	12.6%	1.6%
2	3.0%	2.2%	13.5%	2.2%
3	3.8%	3.5%	10.1%	2.7%
4	5.1%	4.4%	7.8%	2.7%
5	5.5%	4.2%	5.2%	3.4%
6	6.3%	9.2%	7.0%	3.5%
7	9.0%	8.3%	4.2%	6.0%
8	11.3%	11.0%	3.9%	8.3%
9	16.4%	15.9%	5.8%	17.7%
10	38.1%	40.5%	30.1%	51.9%

Quadro 9 – Fonte: PNAD 2004, processamento próprio

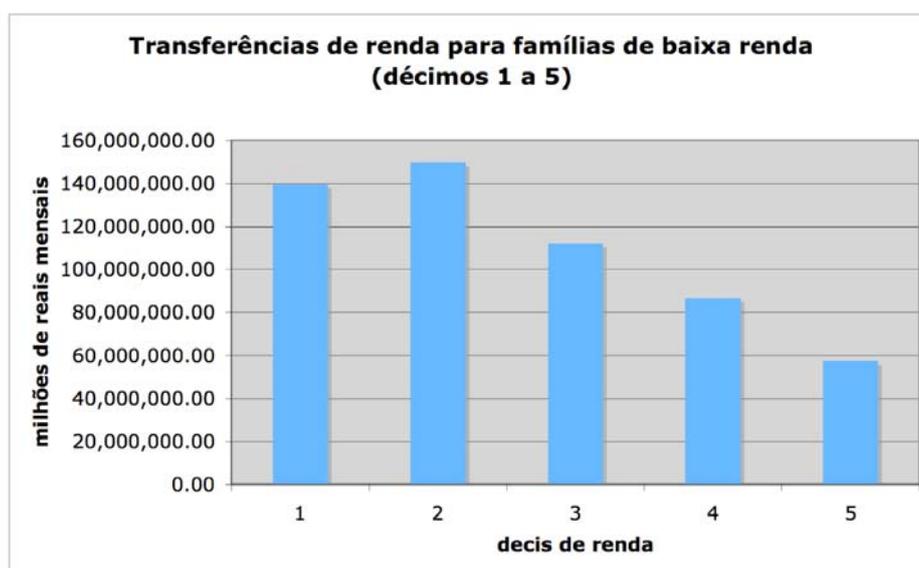


Gráfico 8 – Fonte: PNAD 2004, processamento próprio

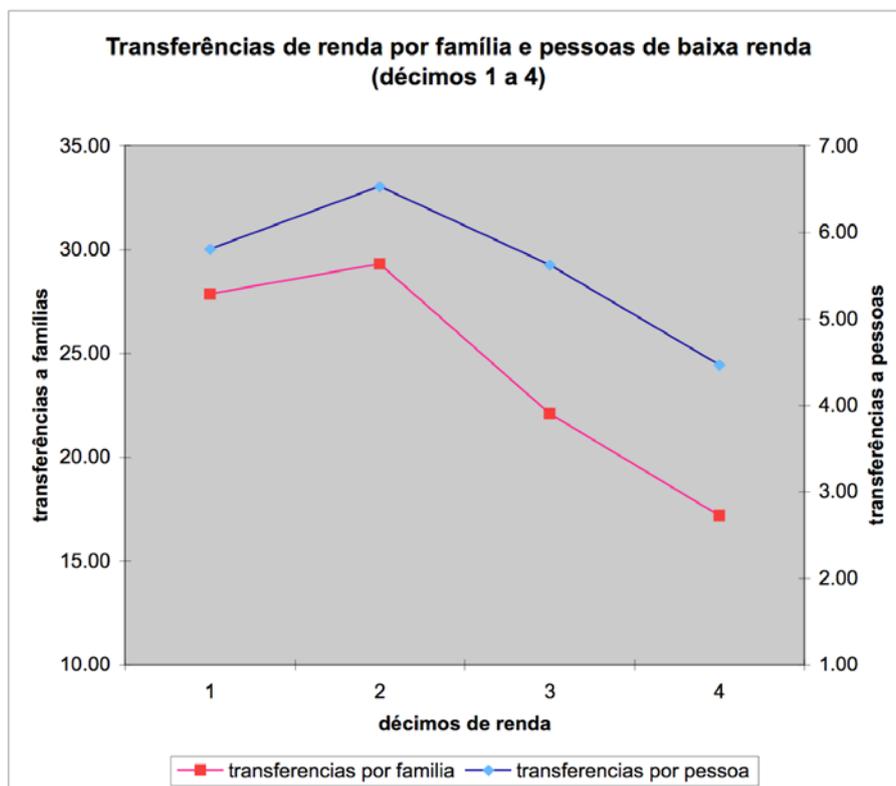


Gráfico 9 = Fonte: PNAD 2004, processamento próprio

Conclusões

As análises sobre a evolução da pobreza e da desigualdade social mostram que, ao contrário do que muitas vezes se afirma, tanto a pobreza quanto a desigualdade no Brasil vêm se reduzindo ao longo do tempo, com algumas mudanças significativas nos anos mais recentes. As principais causas da redução da pobreza e da desigualdade são a melhoria progressiva do acesso à educação e da disponibilidade e custos reduzidos de alimentos e bens de consumo duráveis. O baixo crescimento da economia nos anos mais recentes tem constituído uma limitação importante neste processo, impedindo que a renda da população aumente. No entanto, o aumento sistemático dos indicadores de consumo, expectativa de vida, educação e condições habitacionais, mesmo quando a economia não cresce, mostra uma redução progressiva das condições de pobreza extrema, ainda que novos problemas tenham também surgido, sobretudo os associados às condições de vida nos grandes aglomerados urbanos. Os dados mostram também o grande peso da distribuição regressiva dos benefícios das aposentadorias e pensões, concentrados nos segmentos de renda média e alta.

As políticas de transferência de renda têm tido algum impacto nestas modificações, mas limitado, tanto pelo pequeno volume dos recursos transferidos para cada família, quanto

pela má focalização dos gastos, já que estes recursos são distribuídos tanto a famílias realmente pobres quanto a outras menos pobres, e, além disto, a outras cujo padrão de vida não se expressa com nitidez na renda monetária medida pela PNAD. Uma política que fosse capaz de redistribuir melhor os gastos públicos em aposentadorias e pensões poderia contribuir muito mais para a redução da desigualdade de renda no país do que as políticas compensatórias implementadas atualmente.

Um dos argumentos a favor da prioridade que tem sido dada recentemente às políticas de transferência de renda é que elas seriam associadas a condicionalidades, ou seja, à frequência das crianças à escola, ao atendimento das famílias aos centros de saúde pública, e assim por diante. Isto seria importante, porque, a médio prazo, as transferências de dinheiro deveriam fazer com que as pessoas deixassem de depender destes recursos. Não há evidência, no entanto, que estas condicionalidades estejam de fato sendo implementadas, e nem há razões para crer que políticas que busquem alterar o comportamento cotidiano das pessoas possam ser dirigidas e comandadas a partir do governo federal, em uma relação direta com as famílias.

De uma maneira geral, chama a atenção que as análises macroeconômicas que buscam estimar o impacto destes programas deixam de tomar em conta as questões relacionadas ao sistema federativo e os problemas associados aos diferentes níveis de implementação dos programas sociais. O governo federal tem condições de redistribuir recursos e estabelecer sistemas genéricos de incentivo, mas muito pouca capacidade de gerenciar ações de nível local. De fato, as evidências disponíveis sobre o programa bolsa-escola mostram que se trata de um programa muito pouco efetivo do ponto de vista educacional, não só pela má focalização (Schwartzman, 2005), como também pela impossibilidade de controlar efetivamente sua condicionalidade mínima, que é o controle de frequência à escola. Os recursos a ele destinados teriam tido maior impacto se fossem utilizados para fortalecer as escolas e seus vínculos locais e diretos com as comunidades das quais participam. Programas específicos que apóiam ações descentralizadas de governos estaduais, municipais e da comunidade, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, parecem ser muito mais bem sucedidos do que programas genéricos como o da bolsa família. É um tema que precisa ser aprofundado.

Referências

Barros, R. P. E., M. D. Carvalho, *et al.* Brasil está menos desigual. O Globo, n.30 de janeiro de 2006. 2006.

Beccaria, L. Poverty measurement: present status of concepts and methods. documento preparado para el "Seminar on Poverty Statistics". Santiago: CEPAL 1997.

Hoffmann, R. Aposentadoria e pensões e a desigualdade da distribuição da renda no Brasil. Econômica (Universidade Federal Fluminense), v.5, n.1, p.junho. 2003.

Iets. Tabulações elaboradas pelo IETS a partir da PNAD 1992-2004 (processamento estatístico de Samuel Franco). Rio de Janeiro: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. 2005 2006.

Rocha, S. Do consumo observado à linha de pobreza. Pesquisa e Planejamento Economico, v.27, n.2, agosto, p.313-352. 1997.

_____. Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. In: R. Henriques (Ed.). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil, p.685-718

Schwartzman, S. As causas da pobreza. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2004

_____. Education-oriented social programs in Brazil: the impact of Bolsa Escola. Paper submitted to the Global Conference on Education Research in Developing Countries (Research for Results on Education), Global Development Network. Prague: IETS - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade 2005.